



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

SINOPSE DOS TRABALHOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA – 2/2/2022 À 22/12/2022

Inciso IV do art. 27 do Regimento Interno

Com relação às Proposições Legislativas, na 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, foram apresentados até o dia 22 de dezembro:

- a) 549 Projetos de Lei Ordinária;
- b) 10 Projetos de Lei Complementar;
- c) 36 Projetos de Resolução;
- d) 12 Projetos de Decreto Legislativo;
- e) 3 Propostas de Emenda à Constituição;
- f) 3.824 Requerimentos.

Relativamente às Normas Legais publicadas, até o dia 31 de dezembro, tem-se:

- a) 230 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador e 12 Leis Ordinárias promulgadas, referentes a Projetos de Lei protocolados em 2022;
- b) 105 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador e 2 Leis Ordinárias promulgadas, referentes a Projetos de Lei protocolados em 2021;
- c) 23 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador referentes a Projetos de Lei protocolados em 2020;
- d) 16 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador e 4 Leis Ordinárias promulgadas, referentes a Projetos de Lei protocolados em 2019;
- e) 4 Leis Ordinárias sancionadas pelo Governador referentes a Projetos de Lei protocolados em 2018;
- f) 2 Leis Ordinárias sancionada pelo Governador e 1 Lei Ordinária promulgada, referentes a Projetos de Lei protocolados em 2017;
- g) 1 Lei Ordinária sancionada pelo Governador referentes a Projetos de Lei protocolados em 2016;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

- h) 3 Leis Complementar sancionada pelo Governador e 1 Lei Complementar promulgada, referentes a Projetos de Lei Complementar protocolados em 2022;
- i) 2 Leis Complementares, referentes a Projetos de Lei Complementar protocolados em 2021;
- j) 31 Resoluções, referentes a Projetos de Resolução protocolados em 2022;
- k) 7 Decretos Legislativos, referentes a Projetos de Decretos Legislativos protocolados em 2022;
- l) 1 Emenda à Constituição, referentes a Propostas de Emenda à Constituição protocoladas em 2022.
- m) 1 Emenda à Constituição, referentes a Propostas de Emenda à Constituição protocoladas em 2021.

Sendo assim, em síntese, em 2022 foram publicadas 400 Leis Ordinárias, 6 Leis Complementares, 31 Resoluções, 7 Decretos Legislativos e 2 Emendas à Constituição.

O Chefe do Poder Executivo vetou totalmente 7 Projetos de Lei, dos quais 4 foram mantidos, 2 rejeitados e 1 aguarda deliberação. E ainda, vetou parcialmente 6 Projetos de Lei, dos quais 5 foram mantidos e 1 rejeitado.

Também foram realizadas:

- a) 122 Sessões Ordinárias,
- b) 29 Sessões Extraordinárias,
- c) 20 Sessão Solene,
- d) 1 Sessão Preparatória,
- e) 49 Audiências Públicas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Por fim, foram publicados no Diário Oficial da Assembleia 7 Atos do Presidente, 2.053 Atos da Comissão Executiva, 894 Portarias da Diretoria de Pessoal, 10 Portarias da Diretoria-Geral, 282 matérias relacionadas a licitações e contratos e 437 Atas das Comissões e de Plenário.

Curitiba, 31 de dezembro de 2022.

DYLLIARDI ALESSI
Diretor Legislativo

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Sinótese dos Trabalhos Legislativos - 2022

Inciso IV do art. 27 do Regimento Interno

Projetos de Lei enviados para sanção do Governador em 2022.	419	
Leis Ordinarias Sancionadas.	381	
Leis Complementares Sancionadas .	5	
Aguardando sanção ou veto.	6	
Veto Governamental.	13	
Autógrafo restituído.	15	
Proposições promulgas pela Assembleia Legislativa.	60	
Emenda Constitucional promulgada pela Comissão Executiva.	2	
Lei complementar promulgada pelo Presidente da Assembleia.	1	
Lei ordinaria promulgada pelo Presidente da Assembleia.	19	
Decreto Legislativos promulgados pelo Presidente da Assembleia.	7	
Resoluções promulgadas pelo Presidente da Assembleia.	31	
Vetos rejeitados.	6	
Vetos mantidos.	13	
PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS	Total	4638
Projeto de Lei Ordinário	549	
Projeto de Lei Complementar	10	
Projeto de Resolução	36	
Projeto de Decreto Legislativo	12	
Proposta de Emenda a Constituição	3	
Requerimento Legislativo	3825	
Veto	13	
Emenda de Plenário	185	
Emenda Poderes	5	
Redações finais aprovadas	215	
Pareceres apresentados em Comissões	Total	1117
Parecer Favoravel	981	
Parecer Contrario	18	
Voto em Separado	53	
Baixa em diligência	65	
Pedido de vista	246	
Retirado de Ofício	182	
Publicações no Diário Oficial da Assemblia (2022)	Total	3931
Emenda Constitucional (Proposta de Emenda e Emenda Constitucional)	4	
Resolução	31	
Decreto Legislativo	7	
Ato do Presidente	7	
Atos da Comissão Executiva	2088	
Portarias da Diretoria de Pessoal - Ofício Circular DP	894	
Portarias da Diretoria-Geral	10	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Atas (Sessões Plenárias - Reuniões de Comissões - Audiências Públicas)	580	
Diversos (Convocação - Termo - Corregedoria - Requerimento - ADI - Relatório CPI)	28	
Matérias relacionadas a finanças (Licitação - Contratos - Prestação de Contas)	282	
Sessões Plenárias	Total	152
4ª Sessão Legislativa - Ordinária	122	
4ª Sessão Legislativa - Extraordinária	29	
Sessão Especial para deliberar sobre a escolha do nome indicado para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.	1	
Audiências Públicas	Total	49
PL 522/2022 - Terceirização da Gestão dos Hospitais Universitários Estaduais.	12/12/2022	
Em Defesa da Empresa Pública, Democrática e Inclusiva.	06/12/2022	
Unidades de Tratamento Penal e Implantação de APAC em Curitiba.	29/11/2022	
Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra Mulher.	25/11/2022	
Cenário atual e futuro do Aterro Metropolitana em Fazenda Rio Grande.	22/11/2022	
O papel do Policial Penal na Segurança Pública.	08/11/2022	
Projeto Parceiro da Escola.	07/11/2022	
Apresentação do 2º quadrimestre de 2022 da Secretaria de Saúde.	26/10/2022	
Apresentação do 2º quadrimestre de 2022 da Secretaria da Fazenda.	10/10/2022	
60 anos da Regulamentação da Psicologia no Brasil.	22/08/2022	
Lançamento do Livro: A Copel é nossa.	15/08/2022	
Saúde Pública do Estado do Paraná.	09/08/2022	
Energia Sustentável.	08/08/2022	
Autismo: Diagnóstico e Intervenção Precoce.	27/07/2022	
Sucessão Rural na Agricultura Familiar no Estado do Paraná.	15/07/2022	
Contribuição dos Estados na Implementação da NDC Brasileira.	28/06/2022	



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

A Prevenção, o Diagnóstico e o acesso ao tratamento do Câncer de Próstata.	21/06/2022
Agentes de Saúde: Novas Legislações e Avanços para Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias.	15/06/2022
Grandes Multas Ambientais do Paraná.	13/06/2022
Desafios da Cultura no Paraná.	08/06/2022
Apresentação do 1º quadrimestre de 2022 da Secretaria de Saúde.	07/06/2022
Consórcio Empreendedor do Baixo Iguaçu.	31/05/2022
Apresentação do 1º quadrimestre de 2022 da Secretaria da Fazenda.	30/05/2022
Mapa do Emprego no Paraná: Os Efeitos da Pandemia.	26/05/2022
Hospital Pequeno Príncipe: Uso de Telepediatria na Atenção Primária e em Ambiente Hospitalar de Alta Tecnologia.	24/05/2022
Pré-Sal e Petrobras no Paraná.	17/05/2022
Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTfobia: Avanços e Desafios para a População LGBTI+ no Paraná.	16/05/2022
Paraná Quilombola.	10/05/2022
Maio Amarelo: pela Vida dos Ciclistas.	05/05/2022
A importância do Poder Público na qualidade de construções de moradias populares.	03/05/2022
Transporte de Produtos Perigosos na BR-376.	28/04/2022
Violência Política, Representatividade e Democracia.	25/04/2022
Conflito Agrário na Comunidade Rio da Prata em Santa Maria do Oeste.	22/04/2022
Pesca Artesanal.	18/04/2022
Análise Técnica do novo modelo de pedágio no Paraná: aspectos legais, financeiros, diagnóstico de risco e impacto nos municípios.	13/04/2022
Subsídio Estadual para o Transporte Público em Todas as Regiões do Paraná.	11/04/2022
Defensoria Pública e Perspectivas para a Ampliação do Acesso à Justiça no Paraná.	05/04/2022
Novo Ensino Médio: Os Impactos da Terceirização dos Cursos Profissionalizantes.	31/03/2022
A situação das unidades da Petrobrás no Paraná.	30/03/2022



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Práticas Integrativas e Complementares na Saúde.	28/03/2022
Sanepar no município de Pinhão.	23/03/2022
Casas de passagem indígena no Paraná.	21/03/2022
Participação de mulheres e comunidade LGBTI+ em eventos esportivos, combate ao assédio e violência - PL 367/2021	15/03/2022
Violência Obstétrica nas Instituições Hospitalares do Estado do Paraná.	14/03/2022
Os novos repasses do ICMS para educação municipal.	10/03/2022
Mulheres Extraordinárias – Vencendo Desafios em Tempos de Crise.	08/03/2022
Apresentação do 3º quadrimestre de 2021 da Secretaria de Saúde.	08/03/2022
Gestão dos resíduos sólidos nos sete municípios do Litoral Paranaense.	23/02/2022
Apresentação do 3º quadrimestre de 2021 da Secretaria da Fazenda.	22/02/2022
Mapeamento Sociodemográfico de Lésbicas no Brasil.	15/02/2022
Reuniões	Total 312
Reunião de comissão permanente.	304
Reunião da Comissão Especial para analisar a indicação do Conselheiro do Tribunal de Contas.	1
Reunião da Comissão Especial da Proposta de Emenda Constitucional nº 3/2022.	3
Reunião de Bloco Parlamentar Temático	1
Reunião na Presidência para oficializar o retorno do Deputado Gutu Silva.	1
Reunião da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia com Membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.	1
Reunião na Presidência para assunção dos Deputados: Delegado Francischini, Emerson Bacil e Cassiano Caron.	1
Leis Sancionadas/Promulgadas em 2022	
Acrescenta o §9º ao art. 179 da Constituição do Estado do Paraná, para instituir o ensino da língua espanhola como disciplina de oferta obrigatória na matriz curricular e de caráter optativo aos estudantes das escolas públicas no Estado do Paraná.	Emenda Constitucional nº 52
Altera e revoga dispositivos da Constituição do Estado do Paraná e dá outras providências.	Emenda Constitucional nº 53



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná, bem como regulamenta a transformação do atual cargo de Agente Penitenciário.	Lei Complementar nº 244
Altera a Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010, que dispõe sobre a reestruturação da carreira do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado, que passa a ser denominado Auditor Fiscal, conforme especifica e adota outras providências.	Lei Complementar nº 245
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, e da Lei Complementar nº 161, de 3 de outubro de 2013.	Lei Complementar nº 246
Altera a Lei Complementar nº 205, de 7 de dezembro de 2017.	Lei Complementar nº 247
Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, criando Núcleos Regionais de Atendimento e a Central de Relacionamento com o Cidadão.	Lei Complementar nº 248
Estabelece critérios para os Índices de Participação dos Municípios na cota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Lei Complementar nº 249
Dispõe sobre a captação e divulgação de informações de Animais de Estimação perdidos ou aptos para adoção.	Lei nº 20.950
Institui o Apadrinhamento Afetivo de Crianças e Adolescentes - Padrinhos e Madrinhas do Coração, e dá outras providências.	Lei nº 20.951
Denomina Irondi Mantovani Pugliesi a Escola Estadual localizada no Município de Araçongas.	Lei nº 20.952
Denomina Prefeito Pedro Wosgrau Filho o viaduto situado na Rodovia PR 151 - Km 318 localizado no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 20.953
Revoga as alíneas “c”, “d”, “e” e “g” do inciso III do art. 36 da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, bem como revoga o caput e parágrafo único do art. 22 da Lei nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019.	Lei nº 20.954
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Wilson Picler.	Lei nº 20.955
Concede o Título de Capital Estadual da Doação de Sangue ao Município de Palotina.	Lei nº 20.956
Dispõe sobre a divulgação do serviço “Disque Denúncia – 181” no Estado do Paraná.	Lei nº 20.957
Altera as Leis nº 11.662, de 10 de janeiro de 1997, e nº 16.653, de 9 de dezembro de 2010, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa em consonância com os termos da Lei Federal nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019.	Lei nº 20.958
Denomina Colégio Estadual Polivalente Carlos Domingos Silva o atual Colégio Estadual Polivalente do Município de Apucarana.	Lei nº 20.959



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Institui o serviço de Despachante de Trânsito e dispõe sobre o credenciamento, pelo Departamento de Trânsito do Paraná, de seus titulares e prepostos.	Lei nº 20.960
Altera a Lei nº 18.746, de 6 de abril de 2016, que torna obrigatória a divulgação do serviço Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, incluindo outras medidas de prevenção e combate ao abuso sexual de mulheres nos estabelecimentos abrangidos pela Lei em apreço e dá outras providências.	Lei nº 20.961
Institui o Passaporte Equestre no Estado do Paraná.	Lei nº 20.962
Altera as Leis nº 19.935, de 24 de setembro de 2019, que instituiu, no âmbito do Estado do Paraná, o Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, e nº 20.937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica.	Lei nº 20.963
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Infantil Menino Deus, com sede no Município de Umuarama.	Lei nº 20.964
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Desportiva de Airsoft de Toledo com sede no Município de Toledo.	Lei nº 20.965
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas – CTG Posteiro dos Mananciais de Pinhais - PR, com sede no Município de Pinhais.	Lei nº 20.966
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Amigos do Meio Ambiente e Animais de Rua, com sede no Município de Campina da Lagoa.	Lei nº 20.967
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus, de nome fantasia Humanitas São Francisco na Providência de Deus, com sede no Município de São Jerônimo da Serra.	Lei nº 20.968
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Mallet Esporte Clube, com sede no Município de Mallet.	Lei nº 20.969
Institui a Semana da Literatura Paranaense no âmbito de todas as Escolas no Estado do Paraná.	Lei nº 20.970
Revoga a Lei nº 20.189, de 28 de abril de 2020, que obriga, no Estado do Paraná, o uso de máscaras enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2, e adota outras providências.	Lei nº 20.971
Institui o Dia Estadual do Agente Funerário a ser realizado anualmente em 17 de março.	Lei nº 20.972
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.973
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus, de nome fantasia Lar Dom Getúlio na Providência de Deus, com sede no Município de São Jerônimo da Serra.	Lei nº 20.974
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia Estadual do Bombeiro Civil a ser comemorado anualmente em 12 de janeiro.	Lei nº 20.975



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede o Título de Utilidade Pública à Igreja Evangélica Àgape, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 20.976
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Avidas - Pesquisa e Inovação em Medicina & Saúde, com sede no Município de Curitiba	Lei nº 20.977
Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto as Instituições Financeiras Nacionais, públicas ou privadas para financiamento parcial da execução da obra de duplicação da PR-317 – Trecho Iguaraçu à Maringá.	Lei nº 20.978
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 20.979
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção Animal 4 Patas São Mateus do Sul - ONG 4 Patas, com sede no Município de São Mateus do Sul.	Lei nº 20.980
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Anatalício Risdén Júnior.	Lei nº 20.981
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Inclusive nas Artes, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 20.982
Institui o Dia Estadual do Optometrista a ser comemorado anualmente em 23 de março.	Lei nº 20.983
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Kazuco Akamine, com sede no Município de Campina Grande do Sul.	Lei nº 20.984
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Carlos Alberto Garcia.	Lei nº 20.985
Institui o Dia Estadual de Conscientização ao Planejamento Familiar a ser realizado anualmente em 8 de dezembro.	Lei nº 20.986
Altera a Lei nº 20.333, de 28 de setembro de 2020, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados durante o período de vigência de calamidade pública no Estado do Paraná, em decorrência da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2.	Lei nº 20.987
Institui o Dia Estadual do Motorista de Aplicativo a ser celebrado anualmente no dia 26 de março.	Lei nº 20.988
Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações, do auxílio-alimentação, do auxílio-creche e do auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao inciso X do art. 37 da Constituição Federal.	Lei nº 20.989
Concede revisão geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos inativos e pensionistas.	Lei nº 20.990
Concede revisão geral anual dos anos de 2020 e 2021, alterando as tabelas de vencimento básico e subsídio do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	Lei nº 20.991
Reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Lei nº 20.992
Dispõe, conforme especifica, sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 20.993



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos, e inativos que tenham direito à paridade, integrantes das carreiras de Técnico de Controle e de Auxiliar de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	Lei nº 20.994
Altera o inciso VII do §2º do art. 37 da Lei nº 20.431, de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2021.	Lei nº 20.995
Dispõe sobre a reestruturação das carreiras da Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Científica e dá outras providências.	Lei nº 20.996
Altera dispositivos da Lei nº 20.937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica.	Lei nº 20.997
Institui preço público para cobrança de despesas com procedimentos da Polícia Científica e dá outras providências.	Lei nº 20.998
Altera o art. 10 da Lei nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, que adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do Quadro Próprio do Poder Legislativo do Estado do Paraná.	Lei nº 20.999
Concede o Título de Utilidade Pública à Casa Assistencial Eurípedes Barsanulfo, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.000
Concede o Título de Utilidade Pública ao Clube dos Idosos Alegria, com sede no Município de Entre Rios do Oeste.	Lei nº 21.001
Concede o Título de Utilidade Pública ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Filhos da Gavião, com sede no Município de Paranaguá.	Lei nº 21.002
Concede Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais de Terra Roxa, com sede no Município de Terra Roxa.	Lei nº 21.003
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Anderson Mathias Bonin Bueno.	Lei nº 21.004
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luis Carlos Gomes Mattos.	Lei nº 21.005
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Sebastião Ferreira Martins.	Lei nº 21.006
Altera a redação do art. 136 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008 - Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Lei nº 21.007
Concede o Título de Utilidade Pública à Rede de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná, com sede no Município de Pontal do Paraná.	Lei nº 21.008
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense de Equoterapia e Inclusão Equestre, com sede no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 21.009
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação LM Almeida, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.010
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Palotinese de Bicicross, com sede no Município de Palotina.	Lei nº 21.011
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural Desportiva Rondonense, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon.	Lei nº 21.012



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Institui o Agosto Cinza, mês dedicado à reflexão e à promoção de eventos sobre prevenção e combate a incêndios.	Lei nº 21.013
Concede Título de Utilidade Pública à Associação Kadeirantes Integrados com o Gerenciamento dos Sports, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.014
Assegura a plena liberdade e o direito de ir e vir em todo território do Estado do Paraná e veda qualquer exigência de documento, certidão, atestado, declaração ou passaporte sanitário.	Lei nº 21.015
Altera a Lei nº 20.385, de 30 de novembro de 2020, que dispõe sobre a extinção do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 21.016
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.017
Concede o Título de Capital do Café Especial ao Município de Pinhalão.	Lei nº 21.018
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Anjos da Cidadania, com sede no Município de Fazenda Rio Grande.	Lei nº 21.019
Denomina Olívio Jacometo o viaduto localizado no Km 157 da BR 376, no Município de Mandaguçu.	Lei nº 21.020
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunidade Terapêutica Viver Bem Assistência e Apoio a Mulheres Dependentes Químicas e Alcoólatras e Familiares, com sede no Município de Ibiporã.	Lei nº 21.021
Concede o Título de Capital do Morango do Estado do Paraná ao Município de Jaboti.	Lei nº 21.022
Dispõe sobre a utilização de Areia Descartada de Fundação.	Lei nº 21.023
Dispõe sobre a doação de milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas para todos os atletas e paratletas do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 21.024
Altera o art. 133 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Lei nº 21.025
Autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Andirá.	Lei nº 21.026
Institui regras e objetivos para a implementação do “Vizinho Solidário”, destinado a efetivar uma melhor segurança dos bairros.	Lei nº 21.027
Institui o Dia do Despachante de Trânsito a ser celebrado anualmente em 21 de setembro.	Lei nº 21.028
Denomina Valdomiro Frederico o viaduto localizado na Estrada Bonfim - PR-482, Km 135+490m, sobre a Avenida Paraná, no Município de Umuarama.	Lei nº 21.029
Concede o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Senhora Isabel Kugler Mendes.	Lei nº 21.030
Concede o Título de Capital Paranaense do Esporte de Aventura ao Município de Tibagi.	Lei nº 21.031
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Otto Santos da Cunha.	Lei nº 21.032
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Metropolitana de Artesanato Pé Vermelho, com sede no Município de Londrina.	Lei nº 21.033



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Chopinzinhense de Esporte Feminino, com sede no Município de Chopinzinho.	Lei nº 21.034
Denomina Rodovia Vinicius José da Costa o trecho da PR-539 que liga o Município de Marilândia do Sul ao entroncamento com a BR-376.	Lei nº 21.035
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Hélio Airton Lewin.	Lei nº 21.036
Institui o Dia Estadual do Panificador a ser comemorado anualmente em 8 de julho.	Lei nº 21.037
Denomina Biólogo Dr. Wagner José Martins Paiva o viaduto de transposição sobre a Av. Presidente Castelo Branco, localizado no Km 380 da PR-445 - Rodovia Celso Garcia Cid - no Município de Londrina.	Lei nº 21.038
Concede o Título de Capital da Cavalgada ao Município de Cafezal do Sul.	Lei nº 21.039
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.040
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.041
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado e dá outras providências.	Lei nº 21.042
Estabelece diretrizes para a valorização da vida nas Instituições de Ensino no Estado do Paraná.	Lei nº 21.043
Dispõe sobre o reconhecimento da arte do grafite como cultura a ser protegida e fomentada no âmbito do Estado do Paraná.	Lei nº 21.044
Proíbe a realização de corridas competitivas com cães.	Lei nº 21.045
Declara Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial Paranaense a Rota Transcontinental Caminhos de Peabiru, no trecho que compreende o Estado do Paraná.	Lei nº 21.046
Altera o Anexo da Lei nº 20.329, de 24 de setembro de 2020, que unifica os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e estabelece outras providências, com a inclusão do Anexo IV - para que conste as atribuições dos cargos comissionados de Chefe de Secretaria e de Supervisor de Secretaria.	Lei nº 21.047
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.048
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.049
Altera dispositivos das Leis nº 17.480, de 10 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná e o Programa Estadual de Informações Integradas, e nº 19.848, de 3 de maio de 2019, que dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.	Lei nº 21.050
Altera dispositivos da Lei nº 15.229, de 25 de julho de 2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141 da Constituição Estadual.	Lei nº 21.051



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Estabelece diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos, contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação e disposição final de resíduos, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.	Lei nº 21.052
Dispõe sobre a presença de doulas no trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, mediante solicitação da parturiente.	Lei nº 21.053
Concede o direito de livre passagem, como medida de segurança, aos veículos oficiais do Estado do Paraná nas praças de pedágio de forma automática e gratuita.	Lei nº 21.054
Altera a Lei nº 17.599, de 12 de junho de 2013, que institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.	Lei nº 21.055
Institui a Política Estadual de Incentivo à Ovinocaprinocultura.	Lei nº 21.056
Institui o Dia do Padroeiro do Budismo a ser comemorado anualmente em 18 de junho.	Lei nº 21.057
Denomina Usina Hidrelétrica Prefeito Doutor Aurélio Regazzo a Usina Hidrelétrica Melissa, localizada no Município de Corbélia.	Lei nº 21.058
Institui o Dia da Proteção de Dados no Estado do Paraná.	Lei nº 21.059
Institui o Dia do Sociólogo a ser comemorado anualmente em 10 de dezembro.	Lei nº 21.060
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Mês Maio Furta-cor, dedicado às Ações de Conscientização, Incentivo ao Cuidado e Promoção da Saúde Mental Materna.	Lei nº 21.061
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Dom Pedro II, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 21.062
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Renato Durski Junior.	Lei nº 21.063
Institui o Dia do Respeito e da Proteção à Propriedade e Contra Invasões de Terra, a ser realizado anualmente em 3 de março.	Lei nº 21.064
Concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Philomena Maria Morello Raffagnin.	Lei nº 21.065
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais Amigos Leais, com sede no Município de Imbituva.	Lei nº 21.066
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Vida Nova, com sede no Município de Cornélio Procópio.	Lei nº 21.067
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Humanitário Remindo Vidas, com sede no Município de Bandeirantes.	Lei nº 21.068
Institui a Semana do Consumidor Paranaense.	Lei nº 21.069
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores dos Cinco Conjuntos, com sede no Município de Mandaguari	Lei nº 21.070
Concede o Título de Utilidade Pública ao Veterano Jatobá Futebol Clube, com sede no Município de Araucária.	Lei nº 21.071
Concede o Título de Paraíso das Serras do Paraná ao Município de Cândido de Abreu.	Lei nº 21.072



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Institui a Semana de Conscientização sobre o Ciclo Menstrual a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 28 de maio.	Lei nº 21.073
Dispõe sobre a liberdade religiosa, e dá outras providências.	Lei nº 21.074
Concede o Título de Utilidade Pública à ONG SOS Criança e Adolescente, com sede no Município de São Jerônimo da Serra.	Lei nº 21.075
Concede o Título de Utilidade Pública ao Clube BBC de Ciclismo, com sede no Município de Dois Vizinhos.	Lei nº 21.076
Cria sessenta cargos de livre provimento de assessoramento, de simbologia 1-C para os Gabinetes de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau e 21 (vinte e um) cargos de livre provimento, de simbologia 1-D, para o assessoramento de Magistrados do Primeiro Grau de jurisdição.	Lei nº 21.077
Cria cargos no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme específica, e adota outras providências.	Lei nº 21.078
Cria cargos em comissão e funções comissionadas para a chefia e o assessoramento de magistrados do 1º grau de jurisdição.	Lei nº 21.079
Cria cargos no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme específica, e adota outras providências.	Lei nº 21.080
Dispõe sobre os cargos de livre provimento e as funções comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná vinculadas à área de Tecnologia da Informação e Comunicação e estabelece outras providências.	Lei nº 21.081
Insera dispositivos na Lei nº 16.792, de 25 de fevereiro de 2011 e revoga o art. 4º da Lei nº 20.123, de 20 de dezembro de 2019, que tratam sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e adiciona cargos na estrutura administrativa das Comissões Permanentes e Blocos Temáticos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.	Lei nº 21.082
Proíbe a realização de tatuagens e a colocação de piercings em animais, com fins estéticos.	Lei nº 21.083
Cria o Selo Estadual Empresa Pela Mulher destinado a estimular boas práticas empresariais para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como fomentar liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero.	Lei nº 21.084
Determina que os agressores que cometerem o crime de maus-tratos a quem com as despesas do tratamento do animal agredido, bem como participem de medidas de conscientização.	Lei nº 21.085
Altera a Lei nº 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica e sobre direitos da gestante e da parturiente, para incluir o direito das gestantes e parturientes surdas ou com deficiência auditiva a serem acompanhadas por um intérprete de Língua Brasileira de Sinais.	Lei nº 21.086
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Cívico-Militar Hélio Antônio de Souza, com sede no Município de Pontal do Paraná.	Lei nº 21.087
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Esportiva Pato Futsal, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 21.088



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede o Título de Capital da Polpa ao Município de Japurá.	Lei nº 21.089
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunitária de Mulheres Rurais Casa da Cultura Góes Artigas, com sede no Município de Inácio Martins.	Lei nº 21.090
Concede o Título de Capital Paranaense do Orgânico ao Município de Tijucas do Sul.	Lei nº 21.091
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Tecnologia & Dignidade Humana, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.092
Concede o Título de Utilidade Pública ao PAS Cianorte - Programa Ação Solidária de Cianorte, com sede no Município de Cianorte.	Lei nº 21.093
Altera dispositivos da Lei nº 18.913, de 6 de dezembro de 2016, que cria a Função Comissionada de Confiança do Ipem/PR e dá outras providências.	Lei nº 21.094
Dispõe sobre a estruturação da autarquia Paraná Esporte.	Lei nº 21.095
Altera as Leis nº 20.118 de 19 de dezembro de 2019, a Lei nº 20.832, de 6 de dezembro de 2021, e nº 20.916, de 17 de dezembro de 2021, que autorizaram o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis aos Municípios de Alto Paraná, Agudos do Sul e Enéas Marques.	Lei nº 21.096
Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER a efetuar a Doação, ao Estado do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 21.097
Altera a Lei nº 15.601, de 16 de agosto de 2007, a Lei nº 17.648, de 31 de julho de 2013, e a Lei nº 20.798, de 18 de dezembro de 2021, que autorizaram o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis aos Municípios de Marmeleiro, Toledo e Rolândia, respectivamente e dá outras providências.	Lei nº 21.098
Autoriza o Poder Executivo, por meio da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, doravante denominado IDR-PARANÁ, a efetuar a Cessão de Uso, ao Estado do Paraná, do imóvel que especifica.	Lei nº 21.099
Altera dispositivos das Leis nº 823, de 30 de novembro de 1951, nº 10.898, de 22 de agosto de 1994, nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, nº 16.944, de 10 de novembro de 2011, nº 17.244, de 17 de julho de 2012, e dá outras providências	Lei nº 21.100
Altera a Lei nº 19.362, de 20 de dezembro de 2017, para incluir a destinação de ossadas humanas identificadas não reclamadas e não identificadas que se encontram sob custódia do IML, e dá outras providências.	Lei nº 21.101
Altera a Lei nº 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente e revoga a Lei nº 19.207, de 1º de novembro de 2017, que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica.	Lei nº 21.102
Dispõe sobre a liberação da rede Wi-Fi aos pacientes e usuários de Hospitais no Estado do Paraná.	Lei nº 21.103
Revoga o art. 2º da Lei nº 20.259, de 15 de julho de 2020.	Lei nº 21.104
Altera, revoga e acresce dispositivos à Lei nº 19.501, de 21 de maio de 2018.	Lei nº 21.105



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Feliciano Rodrigues.	Lei nº 21.106
Dispõe sobre o subsídio do Quadro Próprio dos Servidores do Detran do Estado do Paraná.	Lei nº 21.107
Dispõe sobre a criação do Quadro Próprio Estatutário, adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores públicos na estrutura organizacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná.	Lei nº 21.108
Dispõe sobre a transferência de responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de salário-família e auxílio-reclusão do Regime Próprio de Previdência Social para o Tesouro do Estado do Paraná, de acordo com o § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019.	Lei nº 21.109
Altera dispositivo da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, que dispõe sobre o Código da Polícia Militar do Estado, e dá outras providências.	Lei nº 21.110
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.111
Dispõe sobre a criação do Quadro Próprio, adequação das carreiras, cargos e subsídios dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.	Lei nº 21.112
Autoriza o Poder Executivo a proceder um aporte financeiro a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná	Lei nº 21.113
Altera dispositivos da Lei nº 20.164, de 2 de abril de 2020, que autoriza a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná a envidar medidas objetivando apoiar a recuperação econômica dos empreendedores formais e informais, além da infraestrutura de Municípios atingidos por emergências, calamidades ou desastres, com oferta de crédito e apoio técnico às atividades econômicas locais.	Lei nº 21.114
Dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.	Lei nº 21.115
Cria as Funções Privativas-Policiais no âmbito do Departamento de Polícia Penal e do Departamento da Polícia Civil, bem como cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública.	Lei nº 21.116
Institui a Lei Orgânica da Polícia Científica do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 21.117
Altera dispositivos da Lei nº 11.713, de 7 de maio de 1997, que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.	Lei nº 21.118
Altera dispositivos da Lei nº 13.666, de 5 de julho de 2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná.	Lei nº 21.119
Denomina Hugo Virmondos Borges a PR-543 que liga Lupionópolis a Cafeara.	Lei nº 21.120
Concede o Título de Utilidade Pública à Casa Familiar Rural Padre Sasaki, com sede no Município de Sapopema.	Lei nº 21.121
Concede o Título de Utilidade Pública à Casa de Acolhida Filhos Prediletos, com sede no Município de Campo Mourão.	Lei nº 21.122



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Denomina Oliveira Tucunduva de Campos a Trincheira localizada na PR-445, localizada em frente ao AGRO100, no Município de Londrina.	Lei nº 21.123
Denomina André Bolak Biernaski a ponte localizada na Rodovia PR-090, no Km 14, sobre o Rio Cachoeirinha, no Município de Campo Magro.	Lei nº 21.124
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Maringaense de Autismo, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.125
Concede o Título de Capital Paranaense da Camomila ao Município de Mandirituba.	Lei nº 21.126
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Inocência, com sede no Município de Matelândia.	Lei nº 21.127
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Nilson Valdir Müller.	Lei nº 21.128
Institui o Dia Estadual do Atleta Paralímpico.	Lei nº 21.129
Altera a Lei nº 5.798, de 24 de junho 1968, que cria na Polícia Militar do Estado do Paraná a Medalha Coronel Sarmento, a ser conferida anualmente, pelo Chefe do Poder Executivo, na data em que se reverencia a memória do patrono da Corporação, Cel. Joaquim Antônio de Moraes Sarmento e dá nova redação as letras c e d, do art. 2º, da Lei nº 4.340, de 6 de março de 1961.	Lei nº 21.130
Denomina Padre Angelo Banki o viaduto no Km 172,2 da Rodovia PR-323, no Município de Paiçandu.	Lei nº 21.131
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Haruo Sasaki.	Lei nº 21.132
Denomina Rodovia Prefeito Walter Romão de Oliveira a extensão da PR-691.	Lei nº 21.133
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Valores em Construção, com sede no Município de Palmeira.	Lei nº 21.134
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Atendimento e Apoio ao Autista do Brasil, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.135
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Sebastião Fagundes Cunha.	Lei nº 21.136
Institui a Semana de Incentivo ao Acesso ao Ensino Superior.	Lei nº 21.137
Institui a Meia Maratona Internacional de São Francisco a ser realizada anualmente no Município de Guarapuava, na semana que se comemora o aniversário deste.	Lei nº 21.138
Institui o Dia Estadual em Defesa da Prescrição Legível a ser realizado anualmente em 3 de outubro.	Lei nº 21.139
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Frans Borg.	Lei nº 21.140
Inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná o Festival de Gastronomia Caiçara.	Lei nº 21.141
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Reintegração Cristo te Ama, com sede no Município de Goioerê.	Lei nº 21.142
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural e Recreativa Illuminare, com sede no Município de Rolândia.	Lei nº 21.143



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Rosivaldo Policial, com sede no Município de Alto Paraná.	Lei nº 21.144
Concede o Título de Utilidade Pública à Irmandade dos Cossacos de Prudentópolis, com sede no Município de Prudentópolis.	Lei nº 21.145
Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná a Manifestação Cultural e Religiosa da Festa do Divino Espírito Santo de Guaratuba.	Lei nº 21.146
Institui o Dia Estadual da Cerveja Artesanal a ser celebrado anualmente na primeira sexta-feira do mês de agosto.	Lei nº 21.147
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Protetora dos Animais de Reserva, com sede no Município de Reserva.	Lei nº 21.148
Concede o Título de Utilidade Pública à Grandes Amigos do Meio Ambiente de Guaraniaçu, com sede no Município de Guaraniaçu.	Lei nº 21.149
Altera a Lei nº 12.227, de 17 de julho de 1998, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus de Ribas, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.	Lei nº 21.150
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação pela Paz Anibal Andraus, com sede no Município de Wenceslau Braz.	Lei nº 21.151
Concede o Título de Utilidade Pública à Federação Desportiva de Surdos do Paraná, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.152
Estabelece diretrizes para a exploração comercial de espaços destinados à publicidade nos veículos e mobiliários utilizados no serviço de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba.	Lei nº 21.153
Dispõe sobre a Campanha Estadual de Prevenção e Combate ao Furto e Roubo de cabos, fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas, e dá outras providências.	Lei nº 21.154
Altera o Anexo X da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores.	Lei nº 21.155
Dispõe sobre o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Paraná.	Lei nº 21.156
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Claudio José Gama de Almeida.	Lei nº 21.157
Concede o Título de Capital Estadual da Agrotecnologia ao Município de Londrina.	Lei nº 21.158
Institui o Dia Estadual do Museu.	Lei nº 21.159
Denomina Rodovia Isidoro Dalchiavon o trecho da PR566 que liga o Município de Itapejara D'Oeste ao entroncamento com a PR-562.	Lei nº 21.160
Altera a Lei nº 12.243, de 31 de julho de 1998, que considera Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.	Lei nº 21.161
Institui a Lei de Incentivo à Cultura do Bambu.	Lei nº 21.162



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guarapuavana Mundo Azul, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 21.163
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Membra Vocal e Orquestra de Câmara de Cascavel, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 21.164
Concede o Título de Utilidade Pública à AFAVE - Associação Faxinalense de Futebol Veterano, com sede no Município de Faxinal.	Lei nº 21.165
Concede o Título de Utilidade ao Instituto João Márcio Emiliano, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.166
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Espírita Beneficente União do Vegetal, Núcleo Coroa Divina, com sede no Município de Almirante Tamandaré.	Lei nº 21.167
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Professores do Colégio Passos Firmes, com sede no Município de Matelândia.	Lei nº 21.168
Concede o Título de Utilidade Pública à Tenda de Umbanda Filhos de Oxalá e Yemanjá, com sede no Município de Fazenda Rio Grande.	Lei nº 21.169
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Catadores de Recicláveis de São Sebastião da Amoreira, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira.	Lei nº 21.170
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Além da Visão, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.171
Concede o Título de Utilidade Pública à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Palmas, com sede no Município de Palmas.	Lei nº 21.172
Concede o Título de Utilidade Pública à Casa de Saúde e Maternidade Ugo Roberto Accorsi, com sede no Município de Loanda.	Lei nº 21.173
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Assaí, com sede no Município de Assaí.	Lei nº 21.174
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Protetora dos Animais de Ribeirão Claro - É o Bicho, com sede no Município de Ribeirão Claro.	Lei nº 21.175
Concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto Barnabé, com sede no Município de Fazenda Rio Grande.	Lei nº 21.176
Institui o Dia Estadual da Mulher Cristã a ser comemorado anualmente no primeiro domingo do mês de março.	Lei nº 21.177
Altera a Lei nº 20.234, de 4 de junho de 2020, que institui a Campanha Estadual 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.	Lei nº 21.178
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Tigre Guerreiro de Artes Marciais, com sede no Município de Diamante D'Oeste.	Lei nº 21.179
Altera as Leis nº 12.216, de 15 de junho de 1998, que cria o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, e a nº 17.838, de 19 de dezembro de 2013, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados.	Lei nº 21.180



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera dispositivos da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico; da Lei nº 19.478, de 2 de abril de 2018, que instituiu Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná; da Lei nº 19.479, de 30 de abril de 2018, que instituiu o Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná; e da Lei nº 19.480, de 30 de abril de 2018, que instituiu o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 21.181
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.182
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.183
Altera dispositivos das Leis nº 19.192, de 26 de outubro de 2017, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel ao Município de Andirá, e nº 17.892, de 26 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel ao Município de Rolândia.	Lei nº 21.184
Cria o Foro Regional de Paiçandu na Comarca da Região Metropolitana de Maringá, os respectivos cargos de magistrados e servidores e altera a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciária.	Lei nº 21.185
Altera dispositivos das Leis nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual, e nº 21.116, de 30 de junho de 2022, que cria as Funções Privativas-Policiais no âmbito do Departamento de Polícia Penal e do Departamento da Polícia Civil, bem como cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e dá outras providências.	Lei nº 21.186
Altera dispositivos da Lei nº 20.084, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa Cartão Futuro no Estado do Paraná.	Lei nº 21.187
Institui o Dia da Conscientização sobre a Síndrome de Edwards (Trissomia 18) a ser realizado anualmente em 6 de maio no Estado do Paraná.	Lei nº 21.188
Altera a Lei nº 12.342, de 24 de setembro de 1998, que institui o Dia do Agente Penitenciário.	Lei nº 21.189
Obriga as concessionárias prestadoras de serviços de telecomunicação a dispensar o usuário do pagamento de multa de fidelidade quando a rescisão contratual se der em razão da perda de vínculo empregatício, e dá outras providências.	Lei nº 21.190
Altera a Lei nº 17.691, de 24 de setembro de 2013, que institui o Dia Estadual da Saúde Mental, a ser realizado anualmente no dia 9 de outubro.	Lei nº 21.191
Institui o Dia da Conscientização sobre Epidermólise Bolhosa a ser realizado anualmente em 25 de outubro.	Lei nº 21.192



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera a Lei nº 20.673, de 27 de agosto de 2021, que institui o Circuito Cicloturístico Rota Norte Pé Vermelho.	Lei nº 21.193
Concede o Título de Capital Paranaense do Mel ao Município Ortigueira.	Lei nº 21.194
Institui o Circuito Cicloturístico Rio Paraná.	Lei nº 21.195
Institui o Circuito Cicloturístico Entre Rios Noroeste.	Lei nº 21.196
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cilla Tech Park, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 21.197
Insera a Festa da Costela ao Fogo de Chão do Município de Iguaçu no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná.	Lei nº 21.198
Denomina João Paulo II o trecho da PR-497 que liga o Município de São Miguel do Iguaçu ao Município de Missal.	Lei nº 21.199
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Funverde, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.200
Denomina Nelson Dariva a passarela localizada na PR-151, no Município de Carambeí.	Lei nº 21.201
Denomina Rota Cerro do Leão o trecho situado entre os Municípios de Irati, Inácio Martins e o Distrito de Guará, em Guarapuava/PR.	Lei nº 21.202
Institui o Dia Estadual do Quebrando o Silêncio a ser realizado anualmente no quarto sábado do mês de agosto.	Lei nº 21.203
Institui o Caminho dos Cafés das Mulheres como Rota Turística Rural no Estado do Paraná.	Lei nº 21.204
Denomina Prefeito Norberto Goedert o trevo que liga a PR-281 à PR-471, dando acesso ao Município de Nova Esperança do Sudoeste.	Lei nº 21.205
Assegura que percentual das vagas destinadas ao exercício da função de piloto de aeronaves operadas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros do Paraná sejam preenchidas por praças.	Lei nº 21.206
Cria o Foro Regional de Quatro Barras na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, transforma o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial de Bocaiúva do Sul, transforma e cria cargos de servidores e altera a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.	Lei nº 21.207
Declara o Caminhos de Peabiru como Rota Turística no Estado do Paraná.	Lei nº 21.208
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.209
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.210
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.211
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.212
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.213
Altera dispositivos das Leis nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, e nº 18.746, de 6 de abril de 2016, que torna obrigatória a divulgação do serviço Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.	Lei nº 21.214
Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras públicas e/ou privadas, com a garantia da União, para financiamento parcial do Programa de Integração Metropolitana, do Programa Inova Paraná e do Programa Estradas da Integração.	Lei nº 21.215



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera a Lei nº 18.451, de 6 de abril de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.	Lei nº 21.216
Denomina Alevir Benedetti a ponte sobre o Ribeirão Paixão, localizada na Rodovia Heitor Alencar Furtado -PR-218, no Município de Amaporã.	Lei nº 21.217
Altera a Lei nº 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente.	Lei nº 21.218
Altera dispositivo da Lei nº 19.832, de 1º de abril de 2019, que prioriza o atendimento de doadores de sangue raro e fenotipados convocados pelos bancos de sangue do Estado do Paraná.	Lei nº 21.219
Institui a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes ao Ciclista.	Lei nº 21.220
Concede o Título de Capital Estadual da Cambira ao Município de Pontal do Paraná.	Lei nº 21.221
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia de Combate ao Assédio Institucional contra Mulheres.	Lei nº 21.222
Institui a Rota Turística do Tiro Desportivo no Estado do Paraná.	Lei nº 21.223
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade de Assistência aos Necessitados - Lar dos Idosos Perseverança, com sede no Município de Paranaguá.	Lei nº 21.224
Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Asperger a ser realizado anualmente em 18 de fevereiro.	Lei nº 21.225
Altera o art. 28 da Lei nº 14.037, de 20 de março de 2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.	Lei nº 21.226
Autoriza a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação aos produtores ou distribuidores paranaenses de etanol hidratado combustível, com fulcro no inciso V do caput e no § 5º, ambos do art. 5º da Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022, e no Convênio ICMS 116, de 27 de julho de 2022.	Lei nº 21.227
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2023.	Lei nº 21.228
Eleva a Comarca de Pontal do Paraná para entrância intermediária, cria uma Vara Judicial, um cargo de Juiz de Direito e os respectivos cargos em comissão de livre provimento, e altera os dispositivos que especifica, pertencentes à Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.	Lei nº 21.229
Altera a Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Lei nº 21.230
Altera dispositivos da Lei nº 20.945, de 20 de dezembro de 2021, e dá outras providências.	Lei nº 21.231
Insera no Calendário de Eventos Turístico do Paraná a Festa da Reforma Agrária Celebrando a Cultura Caiçara e Camponesa, realizada anualmente no último sábado do mês de novembro, no Município de Antonina.	Lei nº 21.232



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná o GP Cascavel de Ciclismo, a ser realizado no segundo final de semana de março.	Lei nº 21.233
Institui o Dia Estadual do Cristão.	Lei nº 21.234
Concede o Título de Capital Paranaense da Cachaça ao Município Jandaia do Sul.	Lei nº 21.235
Institui o Dia Estadual do Café a ser comemorado anualmente em 1º de outubro.	Lei nº 21.236
Institui o Dia do Colecionador de Armas de Fogo e do Caçador a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro.	Lei nº 21.237
Reconhece como patrimônio artístico do Paraná a letra e a música Bicho do Paraná, do músico e compositor João Lopes, in memoriam.	Lei nº 21.238
Inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu do Município de Iguaçu.	Lei nº 21.239
Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos suspeitos e/ou confirmados de pessoas com doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná.	Lei nº 21.240
Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher, com o objetivo de fomentar e de reconhecer empresas que adotam práticas organizacionais de equilíbrio entre trabalho, família e valorização da mulher.	Lei nº 21.241
Dispõe sobre a transparência, por meio da publicação da internet, do quantitativo dos pacientes que aguardam por consultas, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde e de instituições prestadoras de serviços públicos de saúde no âmbito do Estado do Paraná.	Lei nº 21.242
Concede o Título de Utilidade Pública ao Clube São Francisco dos Idosos de Ibema, com sede no Município de Ibema.	Lei nº 21.243
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Alice Quintilhano.	Lei nº 21.244
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pessoas com Deficiência de Arapongas, com sede no Município de Arapongas.	Lei nº 21.245
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural São Miguel Arcanjo, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.246
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a aquisição do imóvel que especifica, localizado nesta Capital, que passa a integrar o patrimônio do Estado do Paraná.	Lei nº 21.247
Altera o art. 2º da Lei nº 17.528, de 26 de março de 2013, na parte relativa à simbologia e denominação de cargos em comissão do Gabinete do Juízo das Comarcas de Entrância Inicial e do Gabinete de Juiz Substituto.	Lei nº 21.248
Cria cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal e os respectivos cargos em comissão de livre provimento de simbologias 1-C e 1-D, e altera o Anexo V da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.	Lei nº 21.249
Institui o Dia Estadual do Podólogo a ser celebrado anualmente em 4 de dezembro.	Lei nº 21.250



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera a Lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023.	Lei nº 21.251
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.252
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.253
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Hidalgo Neto.	Lei nº 21.254
Institui o Dia da Juventude Maçônica a ser realizado anualmente em 18 de agosto.	Lei nº 21.255
Concede o Título de Capital Estadual dos Muladeiros ao Município de Nova Tebas.	Lei nº 21.256
Altera o art. 1º da Lei nº 16.069, de 3 de março de 2009.	Lei nº 21.257
Altera e revoga dispositivos da Lei nº 21.228, de 6 de setembro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2023.	Lei nº 21.258
Altera a redação do inciso V do art. 80 e do art. 91, e revoga o inciso III do art. 93, todos da Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência no Estado do Paraná.	Lei nº 21.259
Concede o Título de Capital do Cimento do Estado do Paraná ao Município de Rio Branco do Sul.	Lei nº 21.260
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Esporte Juventude, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.261
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural e Esportiva de Futsal e Futebol de Toledo.	Lei nº 21.262
Institui a Semana Estadual de Prevenção de Afogamentos a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de novembro.	Lei nº 21.263
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Clementino de Sousa Filho.	Lei nº 21.264
Altera da Lei nº 14.938, de 14 de dezembro de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa SOS - Racismo no Paraná.	Lei nº 21.265
Concede o Título de Capital Paranaense da Produção de Tijolos ao Distrito de Triolândia.	Lei nº 21.266
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Camilo Turmina.	Lei nº 21.267
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Fernando Rogério Senna Calderari.	Lei nº 21.268
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Nubia Rafaela Nogueira ALGBTI, com sede no Município de Jacarezinho.	Lei nº 21.269
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Pontal do Paraná, com sede no Município de Pontal do Paraná.	Lei nº 21.270
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a aquisição do imóvel que especifica, localizado nesta Capital, que passa a integrar o patrimônio do Estado do Paraná.	Lei nº 21.271



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autoriza a transformação da Companhia Paranaense de Energia em Corporação através da alienação parcial das ações, e dá outras providências.	Lei nº 21.272
Autoriza o Estado do Paraná a realizar operação de aumento do capital social da Centrais de Abastecimento do Paraná S.A., nas condições e até o valor que especifica.	Lei nº 21.273
Altera a Lei Complementar nº 244, de 30 de março de 2022, que altera a Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010, que dispõe sobre a reestruturação do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado, que passa a ser denominado Auditor Fiscal, conforme especifica e adota outras providências.	Lei nº 21.274
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Judô Carlos Silva, com sede no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 21.275
Concede Título de Utilidade Pública à Associação Atuação Voluntária, localizada no Município de São José dos Pinhais.	Lei nº 21.276
Inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Festa de São Pedro do Deizinho do Vermelho, no Município de Rolândia.	Lei nº 21.277
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Shotokan Faxinal Karatê-Do.	Lei nº 21.278
Concede o Título de Utilidade Pública ao Gapar Esporte Clube, com sede no Município de Araucária.	Lei nº 21.279
Institui a Rota Turística Rota da Princesa no Estado do Paraná, conforme especifica.	Lei nº 21.280
Inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Festa Trezena e Quermesse de Santo Antônio do Município de Dois Vizinhos.	Lei nº 21.281
Concede o Título de Capital Estadual do Automóvel ao Município de São José dos Pinhais.	Lei nº 21.282
Institui o Dia Estadual do Terceiro Setor a ser celebrado anualmente em 27 de maio.	Lei nº 21.283
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Casa de Apoio Estrela da Manhã, com sede no Município de Jacarezinho.	Lei nº 21.284
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos de Pessoas Especiais, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 21.285
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comercial e Empresarial de Manguairinha, com sede no Município de Manguairinha.	Lei nº 21.286
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.287
Dispõe sobre condutor de ambulância no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 21.288
Altera as Leis nº 9.320, de 11 de julho de 1990, que cria o Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga e divisas que especifica, a nº 11.176, de 18 de setembro de 1995, que cria o Município de Boa Ventura de São Roque, com as divisas e confrontações que especifica.	Lei nº 21.289
Altera o inciso VI e parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências.	Lei nº 21.290



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Cria, transforma e extingue cargos em comissão e funções comissionadas no âmbito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Lei nº 21.291
Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pelo Estado do Paraná aos hospitais que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde, no exercício de 2022, com o objetivo de permitir-lhes continuar prestando os serviços de assistência à saúde no cenário pós-pandemia da Covid-19.	Lei nº 21.292
Altera a Lei nº 8.189, de 13 de dezembro de 1985, a Lei nº 16.336, de 18 de dezembro de 2009, a Lei nº 16.337, de 18 de dezembro de 2009, a Lei nº 16.992, de 5 de dezembro de 2011, a Lei nº 16.996, de 5 de dezembro de 2011, a Lei nº 17.822, de 13 de dezembro de 2013, e a Lei nº 19.318, de 18 de dezembro de 2017, que autorizaram o Poder Executivo a efetuar as doações de imóveis aos Municípios de Mariluz, Altônia, Jardim Alegre, Porecatu, Figueira, Rolândia e Engenheiro Beltrão respectivamente, e altera a Lei nº 20.054, de 18 de dezembro de 2019, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito do imóvel que especifica ao Município de Figueira, e dá outras providências.	Lei nº 21.293
Denomina Viveiro Florestal Luiz Sergio de Paula Knopki o viveiro de mudas florestais da Gerência Regional de Campo Mourão, e Viveiro Florestal Mário Sérgio Rasesa o viveiro de mudas florestais do Núcleo Regional de União da Vitória, ambos do Instituto Água e Terra.	Lei nº 21.294
Altera a Lei nº 17.670, de 3 de setembro de 2013, que declara de Utilidade Pública a Associação Beit Abba, com sede no Município de Toledo.	Lei nº 21.295
Institui o Dia de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher, a ser comemorado em 14 de março.	Lei nº 21.296
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Nossa Senhora das Graças, com sede no Município de Centenário do Sul.	Lei nº 21.297
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Valter Vanzella.	Lei nº 21.298
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Joao Carlos de Luca.	Lei nº 21.299
Concede o Título de Utilidade Pública à Santíssima Trindade Futebol Clube, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.300
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Luso Brasileira de Capoeira, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.301
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Theóphilo Petrycoski, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 21.302
Concede o Título de Utilidade Pública ao Lar Padre Calógero Gaziano de Porecatu, com sede no Município de Porecatu.	Lei nº 21.303
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Educação Igapó, com sede no Município de Londrina.	Lei nº 21.304
Altera o art. 3º da Lei nº 18.568, de 24 de setembro de 2015, que autorizou a doação com encargo de imóvel à COHAPAR.	Lei nº 21.305
Institui o Programa Estadual de Conservação de Grandes Felinos no Paraná.	Lei nº 21.306



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do ICMS, com fulcro no inciso II do § 2º e no § 3º do art. 155 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.	Lei nº 21.307
Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do ICMS, para introduzir as modificações decorrentes da publicação da Emenda Constitucional Federal nº 123, de 14 de julho de 2022, e da Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022, e dar outras providências.	Lei nº 21.308
Acrescenta dispositivos à Lei nº 16.575, de 28 de setembro de 2010.	Lei nº 21.309
Cria cargos no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme específica, e adota outras providências.	Lei nº 21.310
Cria o Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, e dá outras providências.	Lei nº 21.311
Altera dispositivos da Lei nº 17.726, de 23 de outubro de 2013, que cria o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.	Lei nº 21.312
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Laura Fressatto de Apoio à Saúde, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.313
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Bolão de Toledo, com sede no Município de Toledo.	Lei nº 21.314
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Ademar Batista Pereira.	Lei nº 21.315
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Científico e Tecnológico de Agronegócios, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.316
Concede o Título de Utilidade Pública à Missão Casa Verde, com sede no Município de Londrina.	Lei nº 21.317
Concede o Título de Capital do Agronegócio do Sudoeste do Paraná ao Município de Dois Vizinhos.	Lei nº 21.318
Concede o Título de Utilidade Pública ao Mangueirinha Esporte Clube, com sede no Município de Mangueirinha.	Lei nº 21.319
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Roberto Mello Milaneze.	Lei nº 21.320
Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.	Lei nº 21.321
Institui, no Estado do Paraná, o Dia da Inovação e da Tecnologia no Campo a ser comemorado em 25 de fevereiro.	Lei nº 21.322
Dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 21.323
Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de informação adequada sobre a identificação das espécies de tubarão e raia comercializadas com o nome popular de cação pelos supermercados, peixarias, restaurantes e estabelecimentos comerciais em geral.	Lei nº 21.324
Altera o § 5º do art. 5º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.	Lei nº 21.325
Altera a Lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023.	Lei nº 21.326



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná, altera dispositivos da Lei nº 19.130, de 25 de setembro de 2017, revoga parcialmente a Lei nº 20.338, de 6 de outubro de 2020, e dá outras providências.	Lei nº 21.327
Institui o auxílio-creche, de caráter ressarcitório, aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Lei nº 21.328
Altera a Lei nº 20.743, de 5 de outubro de 2021; a Lei nº 17.732, de 28 de outubro de 2013; a Lei nº 17.206, de 29 de junho de 2012; e a Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010.	Lei nº 21.329
Dispõe sobre os serviços de transporte ferroviário de pessoas e bens no Estado do Paraná.	Lei nº 21.330
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Pedro Ribeiro Barbosa.	Lei nº 21.331
Institui a Semana da Luz para conscientização sobre o uso eficiente da energia elétrica.	Lei nº 21.332
Concede o Título de Capital do Voo Livre Paranaense ao Município de Terra Rica.	Lei nº 21.333
Concede o Título de Capital Estadual do Surf ao Município de Matinhos.	Lei nº 21.334
Concede o Título de Utilidade Pública ao Esporte Clube Toledo, com sede no Município de Toledo.	Lei nº 21.335
Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Torneio de Pesca Internacional ao Tucunaré, que ocorre, anualmente, na semana de 12 de março, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.	Lei nº 21.336
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Ação Social Amor é o Caminho, com sede no Município de Paranaguá.	Lei nº 21.337
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Marlon Bonilha.	Lei nº 21.338
Altera a Lei nº 13.228, de 18 de julho de 2001, que Cria o Fundo do Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais.	Lei nº 21.339
Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de uso de imóvel que especifica ao Centro de Cultura Teatro Guaíra.	Lei nº 21.340
Altera dispositivos da Lei nº 14.895, de 9 de novembro de 2005, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu.	Lei nº 21.341
Altera dispositivos da Lei nº 17.169, de 24 de maio de 2012, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.	Lei nº 21.342
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a possibilidade de firmar Concessão Onerosa de Uso de bem imóveis denominados Hospital Regional de Telêmaco Borba, Hospital Regional de Ivaiporã e Hospital Regional do Centro-Oeste Deputado Bernardo Guimarães Ribas Carli, para a finalidade de prestação de serviços de saúde e dá outras providências.	Lei nº 21.343



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre a Gestão dos Hospitais Universitários Estaduais no âmbito do Estado do Paraná.	Lei nº 21.344
Altera o inciso XIII do art. 14 da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao IPVA.	Lei nº 21.345
Ratifica o Protocolo de Intenções celebrado entre os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, para a constituição do “Consórcio Interestadual sobre o Clima - Consórcio Brasil Verde”, com o objetivo de promover o enfrentamento aos efeitos adversos das mudanças do clima no Brasil.	Lei nº 21.346
Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2023.	Lei nº 21.347
Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Membros da Assembleia Legislativa.	Lei nº 21.348
Altera o item V da Tabela XV da Lei nº 6.149, de 9 de setembro de 1970, que dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais.	Lei nº 21.349
Reconhece para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Governador do Estado do Paraná encaminhada por meio da Mensagem nº 51, de 27 de junho de 2022.	Decreto Legislativo nº 1
Homologa os Decretos do Poder Executivo nº 11.571, nº 11.572, nº 11.573, nº 11.574, nº 11.575 e nº 11.576, todos de 30 de junho de 2022, que alteram o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 2
Homologa o Decreto 12.440, de 18 de outubro de 2022, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 3
Aprova o nome do Senhor Augustinho Zucchi para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 4
Homologa o Decreto 12.442, de 18 de outubro de 2022, que autoriza a isenção do ICMS nas operações com o medicamento Pegaspargase, destinado ao tratamento de câncer.	Decreto Legislativo nº 5
Homologa o Decreto 12.441, de 18 de outubro de 2022, que estende o benefício fiscal de crédito presumido do ICMS concedido, no âmbito do Programa Paraná Competitivo, aos estabelecimentos que operam exclusivamente na modalidade de comércio eletrônico.	Decreto Legislativo nº 6
Homologa o Decreto 12.439, de 18 de outubro de 2022, que altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017.	Decreto Legislativo nº 7
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de abril de 2021.	Resolução nº 1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de maio de 2021.	Resolução nº 2
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de junho de 2021.	Resolução nº 3
Altera a Resolução nº 16, de 24 de junho de 1992, para denominar Jornalista Wilmar Sauner e Jornalista Roseli Abrão o Comitê de Imprensa localizado no Plenário Deputado Waldemar Daros.	Resolução nº 4
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de julho de 2021.	Resolução nº 5
Denomina “Auditório Legislativo Deputado Delegado Rubens Recalcatti” o Auditório Legislativo localizado no terceiro andar (piso 2B) do prédio do Plenário, que integra o Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.	Resolução nº 6
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de agosto de 2021.	Resolução nº 7
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2021.	Resolução nº 8
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de outubro de 2021.	Resolução nº 9
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de novembro de 2021.	Resolução nº 10
Altera o Anexo Único da Resolução nº 11, de 23 de agosto de 2016, que trata do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.	Resolução nº 11
Aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2018.	Resolução nº 12
Aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2019	Resolução nº 13
Aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2012.	Resolução nº 14
Aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2013.	Resolução nº 15
Aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2014	Resolução nº 16
Aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2015.	Resolução nº 17
Aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2016.	Resolução nº 18
Aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2017.	Resolução nº 19
Aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2018.	Resolução nº 20



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2019.	Resolução nº 21
Aprova a prestação de contas do Fundo Estadual de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2019.	Resolução nº 22
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de dezembro de 2021.	Resolução nº 23
Aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2020.	Resolução nº 24
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de janeiro de 2022.	Resolução nº 25
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de fevereiro de 2022.	Resolução nº 26
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de março de 2022.	Resolução nº 27
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de abril de 2022.	Resolução nº 28
Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as Organizações Não Governamentais.	Resolução nº 29
Cria a Comenda e a Medalha de Mérito do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.	Resolução nº 30
Altera dispositivos do Anexo Único da Resolução nº 11, de 23 de agosto de 2016, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa e adota outras providências	Resolução nº 31
Atualizado às 18h28min de 16 de janeiro de 2023.	